MESMOS SÓCIOS – PROIBIÇÃO DE LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – MANUTENÇÃO – DECISÃO – RECURSO DESPROVIDO. RECURSO DESPROVIDO.

1 - Presume-se fraude quando a sociedade empresarial, que procura participar de certame licitatório, possui objeto social similar e, cumulativamente, ao menos um sócio-controlador e/ou sócio-gerente com a entidade apenada com as sanções de suspensão temporária ou declaração de inidoneidade, previstas no inc. III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93. O contexto fático ocorrido na Tomada de Preços nº 01/2015, amolda-se à jurisprudência.

2- No que tange às alegações recursais falece razão ao Recorrente, pois a jurisprudência do C. TCU – Acórdão nº 2218/2011 – figura pacífica ao afirmar que para que seja possível presumir a intenção ilícita, é preciso que possua objeto social similar e, em acréscimo, sócios-controladores e/ou sócios-gerentes em comum com a entidade apenada.

3- O STJ admite a extensão da penalidade administrativa à nova sociedade constituída – por meio da desconsideração da personalidade jurídica uma vez configurada abuso de forma e fraude. Precedente.

4- Manutenção da penalidade.

5- Recurso desprovido.

Vistos etc.

ACORDAM os Membros do Egrégio Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo, de conformidade com a ata e notas taquigráficas da sessão, que integram este julgado, à unanimidade de votos, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do eminente Relator.

SALA DAS SESSÕES, 13 de setembro de 2018.

DESEMBARGADOR JOSÉ PAULO CALMON NOGUEIRA GAM,A, MEMBRO SUBSTITUTO NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

DESEMBARGADOR RONALDO GONÇALVES DE SOUSA, RELATOR

PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL

Documentos da DG**Portarias****PORTARIA Nº 498, de 28/09/2018.**

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, de acordo com os autos de protocolo nº 19.147/2018, atendidas as exigências contidas na Resolução TSE nº 22.582/2007 e na Resolução TRE/ES nº 87/2008 e de acordo com o art. 2º da Resolução TRE/ES nº 87/2008, RESOLVE:

HOMOLOGAR o resultado da avaliação de desempenho, considerado satisfatório, tornando a servidora **Livia Fernandes Ramos**, Técnico Judiciário, apta à progressão da Classe A, Padrão 4, para a Classe A, Padrão 5.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

PORTARIA Nº. 496 / 2018

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, NA FORMA DO § 2º, ART.7º, DA RESOLUÇÃO TSE Nº 22.054/05, E DO ATO Nº 36/97 DA PRESIDÊNCIA DESTES REGIONAL,

Resolve conceder diárias na forma discriminada a seguir:

DESCRIÇÃO SINTÉTICA DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS:

Reunião com os juízes eleitorais para tratar de assuntos atinentes à segurança do pleito eleitoral 2018.

DESTINO: Vitória - ES

DATA DE CHEGADA : 01/10/2018

DATA DE SAÍDA: 01/10/2018

BENEFICIÁRIO(S)

NOME: ALCEMIR DOS SANTOS PIMENTEL CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00

NOME: AKEL DE ANDRADE LIMA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00

NOME: ANTONIO CARLOS FACHETI FILHO CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: ARION MERGAR CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: AUGUSTO PASSAMANI BUFULIN CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: DIEGO FRANCO DE SANT ANNA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: FABIO PRETTI CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: GIL VELLOZO TADDEI CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: GUSTAVO MARCAL DA SILVA E SILVA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: IVO NASCIMENTO BARBOSA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: JEFFERSON ANTONIO RODRIGUES BERNARDO CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: JOAQUIM RICARDO CAMATTA MOREIRA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: JOSE BORGES TEIXEIRA JUNIOR CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: JOSE FLAVIO D ANGELO ALCURI CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: KLEBER ALCURI JUNIOR CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: LEANDRO CUNHA BERNARDES DA SILVEIRA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: LEANDRO DUARTE CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: LUCIANO ANTONIO FIOROT CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: MARCELO SOARES GOMES CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: MARCOS ANTONIO BARBOSA DE SOUZA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: PAULA MOSCON CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: PAULO MOISÉS DE SOUZA GAGNO CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: PAULO SARMENTO DE OLIVEIRA JUNIOR CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: RAFAEL FRACALOSSI MENEZES CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: RALFH ROCHA DE SOUZA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: RAPHAELA BORGES MICHELI TOLOMEI CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: SALIM PIMENTEL ELIAS CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: SERENUZA MARQUES CHAMON CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: WESLEY SANDRÓ CAMPANA DOS SANTOS CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: VINICIUS DONA DE SOUZA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: RAFAEL MURAD BRUMANA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: ADELINO AUGUSTO PINHEIRO PIRES CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: CHARLES HENRIQUE FARIAS EVANGELISTA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: DENER CARPANEDA CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: DOUGLAS DEMONER FIGUEIREDO CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: EDMILSON ROSINDO FILHO CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: EDUARDO GERALDO DE MATOS HENRIQUEZ CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00
NOME: FREDERICO IVENS MINÁ ARRUDA DE CARVALHO CARGO/FUNÇÃO: JP VALOR: R\$ 245,00

Vitória, ES, 03 de outubro de 2018.

ALVIMAR DIAS NASCIMENTO
DIRETOR GERAL

Ordens de Serviço

ORDEM DE SERVIÇO DG Nº 001/2018

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos de Tecnologia da Informação e Comunicação do Tribunal Regional Eleitoral.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), constantes nas decisões normativas que regulamentam a elaboração anual dos relatórios de gestão das unidades jurisdicionadas, no que se refere ao aprimoramento das estruturas de governança e de autocontrole da gestão;

CONSIDERANDO as normas ABNT NBR ISO/73:2009, 27.005:2011, 31.000:2018 e 31.010:2012, que, respectivamente, fornece as definições de termos genéricos relativos à gestão de riscos; fornece diretrizes para o Processo de Gestão de Riscos de Segurança da Informação; estabelece princípios e diretrizes genéricas para a gestão de riscos; e fornece orientações sobre a seleção e a aplicação de técnicas sistemáticas para o processo de avaliação de riscos;

CONSIDERANDO as boas práticas preconizadas pelo guia internacional COBIT5, por meio dos processos Garantir a Otimização de Riscos (EDM03) e Gerenciar Riscos (APO12);

CONSIDERANDO o contido no Referencial Básico de Governança do TCU, aplicável a Órgãos e Entidades da Administração Pública, especificamente no que tange à Gestão de Riscos como componente dos mecanismos de governança para o alcance dos objetivos institucionais;